

Ata nº 132 / XIII / 3.ª SL

Aos vinte e um dias do mês de junho de 2018, pelas dezoito horas (pós-Plenário), reuniu a Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Estrangeiros, na sala 6 do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta Ata, com a seguinte,

Ordem do Dia (OD):

§ Único: Audição do Ministro da Defesa Nacional, José de Azeredo Lopes, acerca da participação de Portugal na Cooperação Estruturada Permanente.

A sessão, que decorreu em conjunto com as Comissões de Defesa Nacional, e dos Assuntos Europeus, tendo sido dirigida pela Senhora Presidente da Comissão de Assuntos Europeus (CAE), Deputada Regina Bastos.

- Estiveram presentes nesta sessão os seguintes Deputados pertencentes à Comissão de Negócios estrangeiros e Comunidades Portuguesas:

- José Cesário (PSD);
- Carlos alberto Gonçalves (PSD);
- Ana Passos (PS);
- Ângela Guerra (PSD);
- Ricardo Batista Leite (PSD);
- João Gonçalves Pereira (CDS/PP);
- Rubina Berardo (PSD);
- Paulo Neves (PSD);
- Carla Sousa (PS); e,
- António Ventura (PSD)

Iniciada a sessão, a Senhora Presidente da CAE explicou a metodologia da sessão e, após ter saudado a presença do Senhor Ministro e restante comitiva, concedeu-lhe a palavra para a sua intervenção inicial.

Na intervenção do Senhor Ministro da Defesa Nacional, destaca-se, resumidamente, os seguintes aspetos:

A presente sessão ocorre nas vésperas de importante reunião sobre política europeia de segurança e defesa e, em particular, da Cooperação Estruturada Permanente (CEP), de 25 de junho próximo, na qual será promovido um primeiro balanço da mesma, assim como a produção de um documento de resumo e conclusões que, oportunamente, será remetido ao Parlamento. Tal balanço compreende três áreas que passou a abordar.

Em primeiro lugar, a realização do último conselho permitiu aprofundar a discussão acerca da governança da CEP, aspeto muito relevante para Portugal, pois define quais as regras do jogo nesta matéria. Nesta próxima reunião, lembrou, será analisada a primeira vaga de propostas, tendo Portugal apresentado a sua candidatura a seis projetos, embora, reconheceu o Senhor Ministro, não devamos participar em todos eles, tendo considerado excelente caso viéssemos a participar no projeto de mobilidade e em mais um ou dois. Referiu, ainda, que a agência europeia de Defesa (AED) vai apertar os critérios de avaliação da participação dos países nos diferentes projetos, à luz de dois princípios: o da complementaridade, e o da não-duplicação, relativamente aos encargos com a NATO. E sublinhou que Portugal dá prioridade estratégica à sua participação na NATO, sistema coletivo de defesa a que pertence desde a sua fundação.

No âmbito dos projetos que mais interessam a Portugal, destacou os da capacitação em segurança e defesa, comunicações rádio, e fardamentos com componentes de última geração.

Confirmou o Senhor Ministro ter sido aceite a candidatura nacional ao programa *Space Track*, conjuntamente com outros oito países, trabalho que se pretende ver desenvolvido com forte participação do Ministério da Ciência, tendo por base funcional a ilha Terceira, nos Açores.

Terminou, alertando para a centralidade da discussão acerca do conceito de “Estado Terceiro” no âmbito da CEP, em face, não só, da situação do Reino Unido e do BREXIT _ país fundamental em qualquer projeto europeu de defesa _ mas também das situações turca e brasileira, designadamente esta última, dado o relacionamento bilateral existente e os projetos comuns em curso, cujo aproveitamento no contexto da política de defesa europeia interessa

a Portugal. Por tal motivo talvez venha a haver necessidade de rever o teor material deste estatuto, de forma a incorporar a participação de Estados não-europeus.

Em segundo lugar, foi referido o projeto de mobilidade, identificado como projeto-bandeira, implicando a criação de capacidades de deslocamento rápido de contingentes militares para o teatro de operações em tempo útil. Embora do ponto de vista geoestratégico o movimento natural de contingentes ocorra no sentido oeste-leste, o facto é que Portugal é porta de entrada privilegiada dos parceiros transatlânticos no continente europeu, pelo que a relevância da participação nacional não estará tanto no deslocamento de tropas, antes, na criação de condições de entrada (desembarque) e trânsito.

Finalmente, o Senhor Ministro aludiu à relevância da Facilidade Europeia de Apoio à Paz, recentemente apresentada pela Senhora Mogherini, destinada a aumentar a autonomia estratégica da União e a defesa e segurança dos seus cidadãos, para o período compreendido entre 20121 e 2027. Estas medidas, que deverão constar do orçamento de longo-prazo da União, integram, precisamente, a proposta da Comissão relacionada com a criação e operacionalização do Fundo de Defesa Europeu.

Seguidamente, teve lugar uma ronda de intervenções, na qual os Senhores Deputados Carlos Alberto Gonçalves (PSD), Diogo Leão (PS), Isabel Pires (BE), João Rebelo (CDS/PP) e Jorge Machado (PCP), colocaram diversas questões.

Nesta sequência, esclareceria o Senhor Ministro que:

O Exército concluiu recentemente o seu plano de substituição de fardamentos, incorporando já uma forte componente de inovação tecnológica, aliando o têxtil aos componentes nanotecnológicos, sendo que na Marinha se encontra igualmente em curso projeto semelhante.

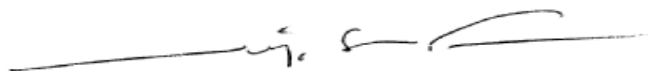
Relembrou que existindo 25 países afetos à CEP, poderão advir problemas de eficiência na gestão dos diferentes projetos, pelo que seria preferível a criação de um grupo coordenador mais pequeno, com a participação do Reino Unido. De todo o modo, previu a necessidade de alocação de mais verbas para a Defesa (Portugal gasta, nesta área, cerca de 2% do seu PIB), pensando, também, no retorno industrial que daí poderá advir, além de outras vantagens em participar no grupo dos fundadores, designadamente no concernente ao acesso a fundos europeus de defesa.

Terminou, relevando a área ciber como um verdadeiro ramo novo da atividade militar, à qual Portugal e a Europa deverão prestar toda a atenção, pese embora a dificuldade em recrutar quadros com nível adequado, dado que o Estado, nessa vertente, compete com o setor privado.

Nada mais havendo a tratar, a Senhora Presidente da CAE agradeceu a presença do senhor Ministro, tendo dado por encerrada a sessão pelas vinte horas e quinze minutos

Palácio de S. Bento, 21 de junho de 2018

O Presidente da Comissão,



(Sérgio Sousa Pinto)

A presente Ata foi aprovada em reunião da Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas, realizada no dia 10/07/2018.